

BOLETIM INFORMATIVO✉ cao.educacao@mpmt.mp.br

Boletim Informativo 03/2021

Cuiabá/MT, 18 de março de 2021

1. APRESENTAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O CAO Educação produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus).

2. AÇÕES DOS MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAIS**MP-AP expede Recomendação para que seja implementado o Ensino Médio em escola no município de Tartarugalzinho**

O Ministério Público do Amapá (MPAP) expediu a Recomendação Nº 001-2021/PJTZ destinada à Secretaria Estadual de Educação e ao Governo do Estado do Amapá para que seja implementado o Ensino Modular ou Regular em Escola Estadual e a contratação de professores e servidores para o educandário no município de Tartarugalzinho. [Continue lendo AQUI](#)

MP-AP reúne Prefeitura de Macapá e Estado para mediar conflito de decretos e recomenda retorno às aulas condicionado à aprovação de plano estratégico pela Vigilância Sanitária

O Ministério Público do Amapá recomendou ao prefeito de Macapá que promova a imediata suspensão da oferta do ensino na modalidade híbrida na Educação Infantil na rede de ensino privada, das unidades escolares que não tiverem seus planos estratégicos aprovados pelo serviço de Vigilância Sanitária do município de Macapá. [Continue lendo AQUI](#)

MPPA, MPF e MPT recomendam prorrogação da Consulta Pública para o currículo escolar

Em recomendação conjunta enviada à Secretaria de Estado de Educação (Seduc), o Ministério Público do Pará, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho, demandam a prorrogação por 60 dias do prazo para a Consulta Pública da Proposta Preliminar do Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA), especificamente para o Ensino Médio. [Continue lendo AQUI](#)

Ministério Público recomenda que transporte coletivo e convencional conceda desconto de 50% na passagem para estudantes

O Ministério Público Tocantins (MPTO) expediu 20 recomendações administrativas às empresas e pessoas físicas responsáveis pelo transporte coletivo e intermunicipal em Miracema, para que concedam meia passagem aos estudantes de qualquer nível de ensino, conforme prevê o artigo 1º da Lei Estadual 3.306/2017. [Continue lendo AQUI](#)

Alimentação escolar das redes de ensino estadual e municipal da capital é inspecionada pelo Ministério Público

A distribuição de alimentos e a correta aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período da pandemia, nas redes estadual e municipal de Palmas, estão sendo acompanhadas pelo Ministério Público do Tocantins (MPTO). A entrega de alimentos aos pais ou responsáveis dos estudantes, em caráter excepcional, durante o período de calamidade pública está prevista na Lei nº 13.987/2020, que altera a Lei nº 11.947/2009. [Continue lendo AQUI](#)

Em Palmas, Ministério Público fiscaliza escolas e cobra informações sobre medidas de prevenção da Covid-19

Com o objetivo de garantir um ambiente seguro para profissionais da educação e estudantes das escolas públicas estaduais, municipais e particulares, o Ministério Público do Tocantins vem requisitando informações acerca das providências adotadas para o retorno das aulas presenciais por parte da Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes (Seduc), Secretaria Municipal da Educação (Semed) e Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. [Continue lendo AQUI](#)

MPTO discute estratégias para a fiscalização do retorno às aulas presenciais no Estado

Promotores de Justiça que atuam na área de defesa da educação em todo o Tocantins reuniram-se para discutir estratégias de atuação relacionadas à retomada gradual das aulas presenciais nas unidades escolares do Estado. A intenção do Ministério Público do Tocantins (MPTO) é acompanhar as diretrizes dos municípios e promover fiscalização nas escolas, garantindo que o retorno das aulas em cada unidade escolar aconteça com planejamento individual e atenda aos protocolos sanitários. [Continue lendo AQUI](#)

MPTO acompanha planejamento para retomada das aulas presenciais em unidade da rede estadual

O programa estadual de retomada das aulas presenciais será acompanhado por meio de um procedimento instaurado pela Promotoria de Justiça, que também irá cobrar ações que possibilitem o reinício na rede municipal de ensino. [Continue lendo AQUI](#)

MPMA aciona Município para garantir presença de bibliotecas e acervo mínimo em escolas

Para garantir a implantação e a estruturação de bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas em Matões, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou Ação Civil Pública de obrigação de fazer com pedido liminar contra o Município. [Continue lendo AQUI](#)

MPMA vai apurar oferta de educação pública no bairro Bonsucesso

Após reportagem com a menina Érica, que criou um espaço denominado Escolinha Esperança, no bairro Bonsucesso, do município de Coelho Neto, o Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª e da 2ª Promotoria de Justiça da referida comarca, vai apurar a situação das crianças em idade escolar e a oferta de ensino público naquela comunidade. A matéria televisiva foi elaborada pela jornalista Nayara Pinheiro e teve repercussão nacional [Continue lendo AQUI](#)

MPPI obtém sentença favorável para adequação das instalações físicas de unidade escolar

O Ministério Público do Piauí obteve sentença favorável em ação civil pública para que o Estado do Piauí realize as obras de reforma e reestruturação da Unidade Escolar Matias Olímpio, localizada na região central da capital. [Continue lendo AQUI](#)

Vistorias do transporte escolar serão retomadas

As inspeções haviam sido interrompidas em 2020 em razão da pandemia. Até junho deverão ser fiscalizados os veículos de todos os municípios do Estado. Nesta quarta-feira (03/02), foi realizada uma reunião por videoconferência do Ministério Público da Paraíba, Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PB), Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Militar dando início à retomada. [Continue lendo AQUI](#)

Retomada das aulas em JP: escolas particulares serão fiscalizadas e devem encaminhar planos aos Conselhos de Educação

A Vigilância em Saúde de João Pessoa, com o apoio do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público da Paraíba (MP-Procon), deve iniciar imediatamente a fiscalização das escolas particulares da Capital que retornaram as atividades em formato presencial ou híbrido com vistas à análise da adequação aos protocolos sanitários. As escolas deverão, no prazo de cinco dias, fazer o depósito do Plano de Ação Estratégico Escolar nos respectivos Conselhos de Educação. [Continue lendo AQUI](#)

MPPB e Município assinam TAC para retomada do ensino híbrido em escolas

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) e o município de Baía da Traição, no Litoral Norte da Paraíba, celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a retomada das aulas presenciais no modelo híbrido (aulas presenciais e remotas) na rede municipal de ensino. Com isso, sete escolas localizadas em aldeias indígenas serão reabertas. [Continue lendo AQUI](#)

Caop Educação realiza reuniões para reorganização do calendário escolar e retorno às aulas presenciais

Desde o início desta semana, o Ministério Público de Pernambuco, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (Caop Educação), vem realizando reuniões virtuais para discutir a reorganização do calendário escolar e o retorno às aulas presenciais com representantes do MPPE, do Governo do Estado e dos 184 municípios de Pernambuco. O objetivo dos encontros é garantir uma atuação conjunta dos atores envolvidos nesse processo. [Continue lendo AQUI](#)

MPBA solicita informações sobre preparação para aulas no estado em 2021

O Ministério Público estadual se reuniu com representantes das Secretarias de Educação e de Saúde do Estado da Bahia para acompanhar o andamento dos planos de ação sanitário e pedagógico destinados a organizar e preparar a retomada da oferta de ensino no estado. O Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Coronavírus do MP encaminhou ofícios à SEC e à Sesab solicitando o envio de informações que ficaram pendentes na apresentação dos planos realizada durante a reunião. Segundo o GT, o direito à educação deve ser garantido, independentemente da decisão administrativa que for tomada quanto ao modo de realização das aulas, considerando-se também as condições dadas pelo quadro epidemiológico e as medidas de segurança sanitária adotadas. [Continue lendo AQUI](#)

MP recomenda às secretarias de Saúde e Educação de Juazeiro divulgação de planos para aulas na rede pública em 2021

O Ministério Público estadual recomendou às Secretarias de Educação e de Saúde do Município de Juazeiro que tornem públicos os planos de ação sanitário e pedagógico com seus respectivos cronogramas, como também as condições epidemiológicas e sanitárias necessárias para retomar, com segurança da comunidade escolar e sociedade em geral, as atividades educacionais de forma presencial, híbrida ou telepresencial. [Continue lendo AQUI](#)

MP recomenda ao Estado e Município de Salvador divulgação de planos para aulas na rede pública em 2021

O Ministério Público estadual recomendou às Secretarias de Educação e de Saúde do Estado da Bahia e do Município de Salvador que tornem públicos os planos de ação sanitário e pedagógico com seus respectivos cronogramas, como também as condições epidemiológicas e sanitárias necessárias para retomar, com segurança da comunidade escolar e sociedade em geral, as atividades educacionais de forma presencial, híbrida ou telepresencial. [Continue lendo AQUI](#)

MPDFT volta a pedir na Justiça retorno das aulas presenciais na rede pública

As Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) peticionaram à Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal novo pedido de tutela de urgência contra o Governo do Distrito Federal para a retomada das aulas presenciais na rede pública de ensino. No documento, o Ministério Público defende a educação como atividade essencial e que deve ter seu retorno definido com prioridade pelo governo local, antes de outras atividades não essenciais. [Continue lendo AQUI](#)

Reunião articulada pelo MP assegura atendimento educacional especializado remoto durante a pandemia

Reunião articulada pelo Ministério Público de Goiás, garantiu o atendimento educacional especializado (AEE) de forma não presencial aos alunos da rede municipal de Jataí que dele necessitam durante a pandemia da Covid-19. O atendimento especializado e o auxílio do profissional de apoio serão prestados, enquanto perdurar a pandemia, de forma individualizada, com a utilização de recursos de assistência remota, como videochamadas, aplicativo de mensagens, por telefone ou qualquer outro meio que o professor entenda eficaz, respeitando as condições de cada aluno. [Continue lendo AQUI](#)

MPSP derruba flexibilização do isolamento em mais quatro cidades do interior

A Procuradoria-Geral de Justiça obteve mais quatro liminares contra atos normativos municipais, barrando a flexibilização indevida do isolamento social em Bauru, São Joaquim da Barra, Guaratinguetá e Paraguaçu Paulista. [Continue lendo AQUI](#)

MPSP pede esclarecimentos sobre casos de covid-19 em escolas de Campinas

Após a apresentação de casos de covid-19 entre alunos e funcionários de duas escolas de Campinas, o promotor Rodrigo Augusto de Oliveira pediu esclarecimentos a ambas as unidades de ensino. [Continue lendo AQUI](#)

MPRJ expede recomendações para retomada das aulas presenciais em Teresópolis

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio de cinco Promotorias de Justiça de Teresópolis, expediu duas Recomendações para que a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação de Teresópolis adotem uma série de medidas visando à efetiva retomada das atividades presenciais nas redes pública e privada de ensino, considerando que a educação é atividade essencial. Também foi instaurado um procedimento administrativo conjunto para acompanhar as iniciativas para o retorno das aulas presenciais. [Continue lendo AQUI](#)

MPRJ integra comissão que elaborou Nota Pública contrária à PEC 186/2019, que pretende derrubar garantia constitucional de recursos mínimos para a Educação

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação (CAO Educação/MPRJ), se manifestou contrariamente à alteração na Proposta de Emenda à Constituição (PEC 186/2019), que retira os pisos para investimento em Educação e Saúde. A manifestação ocorreu em Nota Pública

enviada a deputados federais e senadores, cujo teor foi elaborado pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais, por meio da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC), da qual o CAO Educação/MPRJ faz parte, juntamente com outros Ministérios Públicos dos Estados e do DF. [Continue lendo AQUI](#)

Promotor cita trabalho do MPSP para acompanhar volta presencial das aulas em Campinas

Promotor de Infância e Juventude de Campinas, Rodrigo de Oliveira representou o MPSP na Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Educação e Esporte do município, realizada pela Câmara de Vereadores para debater a reabertura das escolas e a volta às aulas presenciais.

[Continue lendo AQUI](#)

MPRJ participa de reunião para debater regras para o retorno das atividades presenciais nas escolas de Campos dos Goytacazes

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) realizou reunião designada nos autos do Procedimento Administrativo nº 12/2020, em curso na Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes. Na ocasião, foi discutido o eventual retorno às atividades presenciais nas unidades escolares, em especial a segurança de estudantes, professores e demais integrantes da comunidade, no que diz respeito ao risco de contágio da Covid-19. [Continue lendo AQUI](#)

MPRJ reúne-se com representantes de oito municípios para debater a educação como atividade essencial e tratar da necessidade de medidas que garantam a segurança para o retorno presencial às aulas

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, realizou reuniões com os representantes de oito municípios para conscientizá-los de que a educação deve ser tratada como serviço essencial. As reuniões tiveram como objetivo principal discutir maneiras de garantir aos estudantes, sem aulas desde março de 2020, o direito à educação durante a emergência em Saúde, com a adoção de todos os cuidados necessários para evitar o contágio por parte dos membros da comunidade escolar. [Continue lendo AQUI](#)

MPRJ recebe pais e responsáveis de alunos da rede particular de ensino de Campos para discutir o retorno às aulas de forma híbrida ou presencial

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro recebeu representantes de pais e responsáveis de alunos da rede privada de ensino e conselheiros tutelares do município, para continuar a coleta de informações sobre o retorno às aulas híbridas e/ou presenciais na cidade, durante a pandemia do novo coronavírus. [Continue lendo AQUI](#)

MPES institui cartilha que sistematiza as medidas para o retorno seguro das aulas presenciais

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por meio do Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (Caope), desenvolveu um material sistematizando as medidas de biossegurança para a retomada das aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas do Espírito Santo. A [cartilha](#) divulga as normas já estabelecidas na Portaria Conjunta Sedu/Sesa nº 1-R/2020, que facilitarão a compreensão da segurança para prevenir o novo coronavírus. [Continue lendo AQUI](#)

MPSC lança cartilha sobre cuidados com a saúde mental na volta às aulas presenciais

Com o objetivo de auxiliar professores e estudantes no retorno das atividades escolares presenciais na escola, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) por meio do seu Centro de Apoio

Operacional da Infância e Juventude (CIJ), lança a [CARTILHA](#) "O retorno às atividades presenciais na escola e o cuidado com a saúde mental". [Continue lendo AQUI](#)

MPSC trabalha para garantir retorno seguro das aulas

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) zela pela segurança dos direitos dos quais as pessoas não podem abrir mão, como a vida e a saúde, e, neste momento delicado e essencial de volta às aulas presenciais, o trabalho das Promotorias de Justiça com atuação na área da infância e adolescência está ainda mais proativo, rigoroso e minucioso. [Continue lendo AQUI](#)

Volta às aulas: entenda as diretrizes a serem adotadas pelas escolas particulares para preservar os direitos daqueles que contratam serviços educacionais

Quais são as diretrizes a serem adotadas pelas escolas particulares para preservar os direitos dos pais, responsáveis e alunos que contratam os serviços educacionais? Como identificar cláusulas abusivas e possível violação do direito do consumidor? No programa Entrevista da Semana, o Promotor de Justiça Eduardo Paladino responde a essas perguntas e esclarece sobre cobranças de mensalidades escolares ainda em meio à pandemia. [Continue lendo AQUI](#)

Volta às aulas com segurança: MPSC fala sobre as regras sanitárias a serem adotadas pelas escolas

No programa Entrevista da Semana, o Promotor de Justiça João Luiz de Carvalho Botega fala sobre as medidas sanitárias nas escolas e como serão fiscalizadas, apresenta a cartilha "Cuidados com a saúde mental na volta às aulas" e ainda explica como a instituição atuou para garantir o retorno seguro. [Continue lendo AQUI](#)

Itajaí acata recomendação do MPSC e mantém aulas presenciais por que educação é atividade essencial

Na recomendação, a Promotoria de Justiça afirma que há inversão de prioridades nas práticas sociais, das instituições e dos entes públicos, considerando que, enquanto outras atividades estão liberadas, em tese com embasamento científico, há evidente descaso social com a educação - atividade para a qual "há um estudo internacional acerca do recomeço das aulas presenciais, demonstrando, em suma, que as escolas não interferem na transmissão comunitária do vírus e, também, que é muito importante criar uma cultura de confiança entre secretaria e rede, e entre escola e comunidade escolar", destaca. [Continue lendo AQUI](#)

Aluno com deficiência não pode ter cobrança diferenciada nas escolas particulares

MPSC alerta que eventuais despesas com contratação de segundo professor ou outros recursos não podem ser repassadas ao responsável pelo aluno e que não pode haver previsão de encaminhamento para escola especial. [Continue lendo AQUI](#)

MPCON publica diretrizes sobre deveres das escolas particulares no cumprimento dos contratos de 2021 em meio à pandemia

A Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON) divulgou uma nota pública com quatro diretrizes que entende que as instituições privadas de ensino devem seguir para preservar o direito de pais, responsáveis e alunos a um ensino de qualidade e ao pagamento justo pelo serviço educacional mesmo com os impactos das medidas de contenção à pandemia sobre as aulas. [Continue lendo AQUI](#)

Joinville tem um ano para atender a toda a demanda por vagas em creches públicas

Liminar obtida pelo Ministério Público em segundo grau determina que todas as crianças de até 5 anos cujos pais comprovarem necessidade deverão ser atendidas, inclusive em período de férias escolares. [Continue lendo AQUI](#)

Aluno com deficiência não pode ter cobrança diferenciada nas escolas particulares

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) emitiu uma nota técnica para alertar sobre a impossibilidade de tratamento diferenciado às pessoas com deficiência nos contratos escolares. A nota técnica decorre da verificação de que algumas escolas privadas de Santa Catarina vêm divergindo da legislação e de decisões judiciais sobre o tema. [Continue lendo AQUI](#)

MPPR ajuíza ação civil pública contra decreto de Londrina que prorroga suspensão das aulas presenciais nas redes pública e particular de ensino

O Ministério Público do Paraná ajuizou ação civil pública contra o decreto municipal que prorrogou o período de suspensão das aulas presenciais nas redes pública e particular de ensino até o dia 28 de fevereiro, baseado, entre outros, no princípio da prioridade absoluta. O MPPR pede na ação que seja autorizado o imediato retorno das aulas presenciais nas creches e escolas do ensino infantil da cidade, tanto públicas como privadas, “de forma híbrida, gradual, facultativa, respeitando-se todas as normas sanitárias (previstas na Resolução 632/2020 da Secretaria de Estado da Saúde – Sesa), cumprindo-se o calendário escolar que já foi planejado”. [Continue lendo AQUI](#)

PREDUC-POA E SMED debatem retomada das aulas na rede municipal da capital

Na ocasião, foi apresentado ao MP o documento Estratégia para a Reabertura das Escolas Municipais em 2021. Foram esclarecidas questões pontuais, como a criação de comissões interdisciplinares para fiscalização dos protocolos sanitários nas escolas conforme prevê o Decreto 20.747/2020. Conforme a norma, os estabelecimentos deverão preencher formulários e encaminhar o levantamento fotográfico dos espaços físicos. [Continue lendo AQUI](#)

3. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Em ação do MPF, Justiça Federal determina que Estado do PI se abstenha de realizar pagamento a fundo previdenciário com recursos do Fundef e Fundeb

A Justiça Federal deferiu tutela de urgência, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), determinando que o Estado do Piauí se abstenha de utilizar recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ainda que obtidos judicialmente, para promover pagamentos decorrentes da utilização e/ou da disponibilização dos imóveis aportados ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí. [Continue lendo AQUI](#)

União deve garantir ampla defesa antes de inscrever estados em cadastro de inadimplentes pela não prestação de informações em educação

União pode inserir estados em cadastro de inadimplência em caso de não prestação de informações obrigatórias sobre execução de despesas com educação, desde que garanta o direito ao contraditório e à ampla defesa. É o que defende o procurador-geral da República, Augusto Aras, em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Cível Originária 3.196/RS, proposta pelo Rio Grande do Sul. O estado busca anular sua inscrição como inadimplente no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias do Cadastro Único de Convênios (Cauc/Siafi), por ter

deixado de prestar informações sobre aplicação de recursos federais na área da educação, conforme determinam a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal. [Continue lendo AQUI](#)

Após atuação do MPF, nova escola é entregue a comunidade quilombola em Macapá (AP)

Atuação extrajudicial do Ministério Público Federal (MPF), iniciada em 2018, motivou a entrega de nova escola à comunidade quilombola São José do Matapi do Porto do Céu, localizada na zona rural de Macapá (AP). Reuniões, expedição de recomendação e outras tratativas foram realizadas entre o MPF e órgãos estaduais para solucionar os empecilhos à construção do prédio. [Continue lendo AQUI](#)

Liberdade de cátedra: PFDC recomenda ao MEC que não edite atos que visem prevenir ou punir atos supostamente “políticos-partidários”

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – órgão do Ministério Público Federal (MPF) – emitiu recomendação ao Ministério da Educação (MEC) para que se abstenha de editar qualquer ordem que vise prevenir ou punir atos supostamente “políticos-partidários” nas instituições federais de ensino. O documento foi assinado pelo procurador-federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhena, e pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho da PFDC “Educação e Direitos Humanos”, procurador da República Felipe de Moura Palha e Silva, e “Liberdades: Consciência, Crença e Expressão”, procurador da República Enrico Rodrigues de Freitas. [Continue lendo AQUI](#)

Ministérios Públicos são contrários à PEC que extingue o percentual de recursos mínimos para a educação

A Comissão Permanente de Educação (COPEDEC), do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) enviaram à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, nota pública contrária à Proposta de Emenda Constitucional 186/2019, que extingue a destinação constitucional de recursos mínimos para a educação por parte da União, dos Estados e dos Municípios. De acordo com a nota, além de representar um retrocesso na política educacional do país estabelecida pela Constituição de 1988, a PEC tem como consequência danosa o esvaziamento de todas as conquistas históricas alcançadas desde então nessa área. [Continue lendo AQUI](#)

4. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Plenário mantém critério de reajuste do piso nacional dos professores da educação básica

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a validade do artigo 5º, parágrafo único, da Lei 11.738/2008, que prevê a forma de atualização do piso nacional do magistério da educação básica a ser divulgada pelo Ministério da Educação (MEC). Na sessão virtual concluída em 26/2, o colegiado julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4848, ajuizada pelos governos de Mato Grosso do Sul, Goiás, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina. [Continue lendo AQUI](#)

5. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Vai à sanção projeto que pode garantir internet a estudantes carentes

O Plenário aprovou o projeto que pode garantir acesso à internet para alunos carentes, quilombolas e indígenas, além de professores de escolas públicas. [Continue lendo AQUI](#)

Deputados promovem debate sobre o retorno das aulas presenciais

A Comissão Externa de Políticas para a Primeira Infância e a Frente Parlamentar da Educação promovem, nesta segunda-feira (8), debate com o tema "A Educação como Atividade Essencial". [Continue lendo AQUI](#)

Projeto cria política para incentivar o uso de tecnologias na educação básica

O Projeto de Lei 5465/20 cria a Política Nacional de Formação de Docentes da Educação Básica para as Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC). Segundo o texto, que tramita na Câmara dos Deputados, o objetivo é capacitar alunos de licenciatura para o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) em processos e práticas pedagógicas. [Continue lendo AQUI](#)

Especialistas defendem volta segura às aulas presenciais

Deputados e especialistas em saúde e educação defenderam durante debate na Câmara dos Deputados o retorno às aulas mesmo diante do momento crítico da pandemia do coronavírus no país. [Continue lendo AQUI](#)

Projeto inclui os direitos da pessoa com deficiência no currículo escolar

Projeto de Lei 5166/20 inclui as noções de direito da pessoa com deficiência nos temas transversais da educação infantil. O texto em tramitação na Câmara dos Deputados altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. [Continue lendo AQUI](#)

Proposta insere direito e economia como opcionais na educação básica

O Projeto de Lei 423/21 determina que as escolas poderão ofertar em caráter facultativo, no ensino fundamental e médio, a partir do sexto ano, disciplinas com noções básicas de direito constitucional, macroeconomia e microeconomia. [Continue lendo AQUI](#)

6. OUTRAS NOTÍCIAS

FNDE disponibiliza Guia Prático dos Programas de Manutenção Escolar

Dando seguimento às ações de orientação aos novos gestores municipais na área da educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilizou em seu portal o Guia Prático sobre os Programas de Manutenção Escolar, que inclui informações sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), o Caminho da Escola e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). [Continue lendo AQUI](#)

Cartilha traz orientações sobre a renovação dos Conselhos de Alimentação Escolar

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do Paraná (CECANE-PR), lançou uma cartilha que detalha todos os procedimentos para a renovação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). O objetivo é orientar gestores educacionais, conselheiros e entidades sociais sobre as regras e etapas do processo de eleição dos novos membros dos CAEs. [Continue lendo AQUI](#)

Direito à alimentação adequada e regionalizada em escolas indígenas no AM

Tucumã, abacaxi, açaí, cará, banana, buriti, farinha de mandioca e peixe-pimenta. Esses são alguns dos itens alimentícios que fazem parte do cardápio da merenda de 4 mil alunos de 42 escolas indígenas de São Gabriel da Cachoeira, município amazonense que fica a 850 quilômetros de Manaus. Os alimentos que chegam à mesa dos estudantes são oriundos do cultivo e produção de cerca de 135 agricultores familiares da região. O fomento à alimentação regional e saudável é possível graças à iniciativa da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), prática vencedora na categoria Ministério Público do 17º Prêmio Inovare, parceria do Instituto Inovare com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outras instituições. [Continue lendo AQUI](#)

DF deve disponibilizar atendimento individual a aluno com autismo severo

O Distrito Federal está obrigado a disponibilizar um monitor exclusivo para o acompanhamento das atividades de ensino a estudante com autismo em grau severo. A decisão é da

3ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Os desembargadores ressaltaram que é dever do estado assegurar educação especializada à pessoa com necessidades especiais. [Continue lendo AQUI](#)

TJ/SP derruba decisão que suspendia aulas da educação infantil

Ao analisar o caso, o presidente da Corte bandeirante considerou que a liminar retirou da Administração Pública seu legítimo juízo discricionário de conveniência e oportunidade quanto ao tema. [Continue lendo AQUI](#)

Comitê de Educação do IRB emite nota em defesa da garantia do piso para recursos em educação

O [Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa](#) (CTE-IRB) emitiu, nesta quarta-feira (24), nota em defesa da garantia de recursos mínimos a serem aplicados na área da educação. A retirada do piso está prevista no parecer do Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 186/2019 (PEC Emergencial) no Senado. [Continue lendo AQUI](#)

95% dos alunos da rede pública terminam a escola sem conhecimento adequado de Matemática

Dados da última avaliação nacional realizada antes da pandemia mostram que 95% dos estudantes terminam a escola pública no País sem o conhecimento esperado de Matemática. Isso quer dizer que só 5% dos jovens do 3º ano do ensino médio conseguiam em 2019 resolver problemas usando probabilidade ou o Teorema de Pitágoras. [Continue lendo AQUI](#)

Entidades criticam desvinculação de recursos para a educação

Entidades ligadas à educação manifestaram-se nesta terça-feira contra os dispositivos do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186 que extinguem as vinculações constitucionais de recursos para a área, assim como para a saúde. A matéria, chamada de PEC Emergencial, deverá ser apreciada na quarta-feira pelo Senado. [Continue lendo AQUI](#)

Posicionamento público: Relatório da PEC 186/ 2019 traz graves prejuízos à população brasileira

No dia 23 de fevereiro, foi tornado público o Relatório da PEC 186/ 2019, a chamada PEC Emergencial. Como a imprensa antecipou, o texto propõe a exclusão dos percentuais que União, estados e municípios devem investir na saúde e educação públicas. Tal proposta, afeta radicalmente o planejamento, a gestão e a oferta dessas políticas sociais, atingindo diretamente a população brasileira. [Continue lendo AQUI](#)

Instituto Rodrigo Mendes apresenta síntese da Pesquisa sobre protocolos para Educação Inclusiva durante a pandemia

Depois de um longo período fechadas, escolas pensam em estratégias para reabertura gradual. De fato, mesmo em um cenário ainda delicado, é preciso que sejam retomadas as aulas presenciais, sob risco de os estudantes serem gravemente penalizados de usufruir da convivência escolar e dos aprendizados que somente as relações na escola podem oferecer. Assim, é necessário que o Estado e a sociedade estejam empenhados em garantir que estudantes com e sem deficiência regressem à escola com segurança e sigam padrões e normas que preservem o bem-estar de toda comunidade escolar. [Continue lendo AQUI](#)

Nota Pública sobre a proposta de desvinculação dos percentuais constitucionais à saúde e educação

A Undime, instituição que reúne os dirigentes responsáveis pela oferta da educação básica pública nos 5568 municípios do país, manifesta sua indignação perante a proposta de desvinculação dos percentuais constitucionais à saúde e educação, conforme divulgado pela imprensa nos últimos dias. [Continue lendo AQUI](#)

Balanço 2020: impacto da pandemia na educação vai além do fechamento de escolas

Além das mais de 200 mil mortes causadas pela pandemia da Covid-19 e do impacto de milhões de alunos fora da escola desde março, o Brasil encerrou 2020 com grandes prejuízos à implementação de políticas públicas centrais para a melhoria da Educação Básica e que, pré-pandemia, estavam em curso. Esta é a principal conclusão do 2º Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já!, balanço divulgado pelo Todos Pela Educação sobre os avanços, desafios e retrocessos na implementação de políticas educacionais de impacto nacional no ano passado.

[Continue lendo AQUI](#)

"Termo de colaboração para creches" traz orientações de como alinhar sociedade civil e municípios para oferta de educação infantil

Com o intuito de direcionar as diretorias de ensino, secretarias, conselhos estaduais e municipais de educação, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, atualizou, em parceria com a Undime, a publicação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação publicada em 2009, que orientava sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições sem fins lucrativos. [Continue lendo AQUI](#)

Cartilha orienta escolas para contratação e uso de internet

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) elaborou uma cartilha para gestores e técnicos com orientações para contratação e uso de internet nas escolas estaduais. O objetivo é que os profissionais possam usar todos os recursos disponíveis, em especial aqueles dos ambientes virtuais de aprendizagem. [Continue lendo AQUI](#)

Crianças precisam saber usar máscaras e higienizar as mãos antes de voltarem às aulas presenciais

Mais do que levar dois pares de tênis para a escola, os alunos que retornarão às salas de aula para o novo ano letivo precisam colocar na mochila entre duas a três máscaras, dependendo do período que ficarem fora de casa, bem como saber trocá-las adequadamente. [Continue lendo AQUI](#)

6 mudanças nas escolas que pais devem prestar atenção para volta às aulas

Ao iniciar o ano de 2021 com a vacinação contra o coronavírus, os brasileiros receberam uma dose de esperança. Em contrapartida, pais com filhos pequenos continuam acompanhando atentamente as informações sobre o retorno das aulas presenciais, com opiniões divididas sobre a decisão ser segura ou não tanto para as crianças quanto familiares que conviverão com elas. [Continue lendo AQUI](#)

Pediatras fazem cartilha para orientar volta às aulas

O início do mês de fevereiro está sendo marcado pelo retorno das aulas. A rede privada já deu início ao ano letivo e as escolas públicas também estão preparando o retorno. Apoiando este retorno, presencial e híbrido, com alunos na escola ou estudando a distância, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) fez uma cartilha para orientar pais e escolas. [Continue lendo AQUI](#)

Sociedade Brasileira de Pediatria defende retorno seguro às salas de aulas

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) divulgou documento, nesta sexta-feira (29/1), em que defende o retorno seguro de estudantes às salas de aula do país. O principal argumento da entidade se refere à maneira como a Covid-19 afeta o grupo de crianças e adolescentes. [Continue lendo AQUI](#)

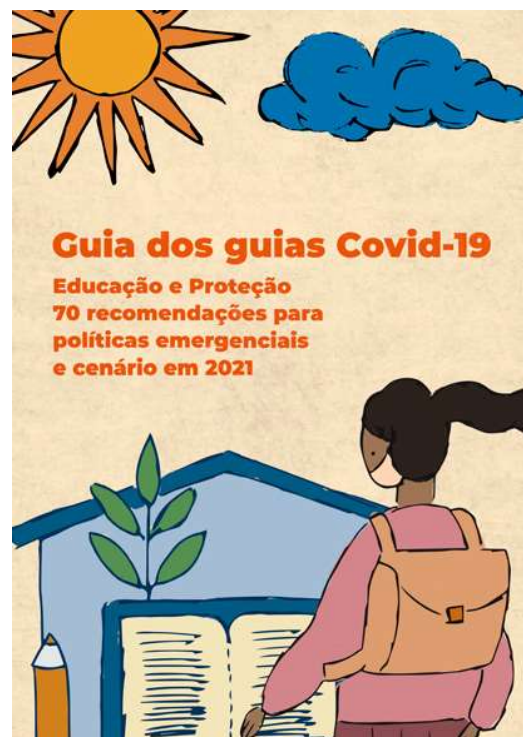
Campanha lança Guia dos guias COVID-19

Material lista 70 recomendações para que políticas emergenciais de educação, saúde e proteção sejam baseadas em direitos

Síntese da produção de conhecimento da Campanha ao longo de 2020, o Guia dos guias Covid-19 traz atualizações para a educação e proteção em 2021.

Listamos 70 recomendações para que as políticas emergenciais a serem desenvolvidas em 2021 sejam baseadas em direitos.

O Guia dos Guias COVID-19 é um instrumento também essencial para as comunidades escolares, famílias e profissionais da educação e proteção se informarem, participarem da formulação das políticas, monitorarem e demandarem respostas que garantam seus direitos à saúde, educação e proteção.



[ACESSE O GUIA AQUI.](#)

UNICEF - Reabertura segura das escolas

Orientações para a rede e comunidade escolar sobre como promover uma volta às aulas segura e garantir o direito à educação de crianças e adolescentes.

Priorizar a reabertura segura das escolas e garantir o direito de crianças e adolescentes à educação são ações essenciais. Essa reabertura deve ocorrer com segurança, preservando a saúde de crianças, adolescentes, profissionais da educação e das famílias de todos. Para tanto, é fundamental avaliar a situação da pandemia em cada estado e em cada município, assegurando investimentos financeiros para que a retomada aconteça de forma segura. [Continue lendo AQUI](#)

Escolas estaduais de MT estão preparadas para retorno às aulas

Álcool em gel para higienização das mãos. Termômetro para conferir a temperatura. Tapetes sanitizantes nas portas das salas. Máscaras para alunos. Para os professores, máscaras e protetores faciais. Adesivos indicando o distanciamento necessário. Informações espalhadas pelos prédios. Essas medidas foram adotadas pelas escolas estaduais de ensino de Mato Grosso para o retorno às aulas. [Continue lendo AQUI](#)

BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe:
Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Educação
Mayra Cristina Arruda Ambrósio – Assistente Ministerial
Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial